



**Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)**

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher
(Organizadores)

Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P964	<p>Produção científica e experiências exitosas na educação brasileira 1 [recurso eletrônico] / Organizadores Keyla Christina Almeida Portela, Alexandre José Schumacher. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-551-8 DOI 10.22533/at.ed.518192008</p> <p>1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Portela, Keyla Christina Almeida. II. Schumacher, Alexandre José. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 370.71</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os e-books intitulados “**Produção Científica e Experiências Exitosas na Educação Brasileira**” apresentam 6 volumes baseados em trabalhos e pesquisas multidisciplinares de diversos estudiosos da educação. A produção científica corrobora para o conhecimento produzido e difundido, além de fazer um papel de diálogo entre os pesquisadores e o meio científico.

Estas pesquisas têm como base os estudos multidisciplinares, que apresentam desafios em seu mapeamento, pois envolvem pesquisadores com distintas áreas de atuação. Diante desse cenário, a Atena Editora aglutinou em seis volumes uma grande diversidade acadêmico científica com vistas a uma maior contribuição multidisciplinar.

No primeiro volume encontramos trabalhos relacionados as vivências, práticas pedagógicas, desafios profissionais, formação continuada, bem como propostas de novas técnicas diante do cotidiano dos pesquisadores.

No segundo volume nos deparamos com estudos realizados no âmbito da educação especial, bullying, educação inclusiva e direitos humanos, bem como com políticas educacionais. Neste capítulo, buscou-se apresentar pesquisas que demonstrem aos leitores as experiências e estudos que os pesquisadores desenvolveram sobre os direitos e experiências educacionais.

No terceiro volume temos como temas: as tecnologias e mídias digitais, recursos audiovisuais, formação de jovens e adultos, currículo escolar, avaliação da educação, mudança epistemológica e o pensamento complexo. Neste volume, é perceptível o envolvimento dos pesquisadores em mostrar as diferenças de se ensinar por meio da tecnologia, e, também, com visão não reducionista, ou seja, o ensinar recorrendo a uma rede de ações, interações e incertezas enfrentando a diversidade humana e cultural.

No quarto volume, encontra-se diferentes perspectivas e problematização em relação as políticas públicas, projetos educativos, projetos de investigação, o repensar da prática docente e o processo de ensino aprendizagem. Os artigos aqui reunidos exploram questões sobre a educação básica abordando elementos da formação na contemporaneidade.

No quinto volume, apresenta-se pesquisas baseadas em reflexões, métodos específicos, conceitos e novas técnicas educacionais visando demonstrar aos leitores contribuições para a formação dos professores e as rupturas paradigmáticas resultante das experiências dos autores.

Para finalizar, o sexto volume, traz relatos de experiências e análises de grupos específicos visando demonstrar aos leitores vários estudos realizados em diversas áreas do conhecimento, sendo que cada um representa as experiências dos autores diante de contextos cotidianos das práticas educacionais sob diferentes prospecções.

À todos os pesquisadores participantes, fica nossos agradecimentos pela

contribuição dos novos conhecimentos. E esperamos que estes e-books sirvam de leitura para promover novos questionamentos no núcleo central das organizações educacionais em prol de uma educação de qualidade.

Keyla Christina Almeida Portela
Alexandre José Schumacher

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ATUAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ALTERNATIVO NA ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES ENAWENE NAWE, JUÍNA, MATO GROSSO	
Cleyde Nunes Pereira de Carvalho Léia Teixeira Lacerda	
DOI 10.22533/at.ed.5181920081	
CAPÍTULO 2	13
A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO BÁSICA, TÉCNICA E TECNOLÓGICA (EBTTs) NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PALMAS	
Melania Dalla Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5181920082	
CAPÍTULO 3	26
A DIALÉTICA ENTRE CRIAÇÃO ARQUITETÔNICA E DESENHO PARAMÉTRICO: EXPERIÊNCIAS DIDÁTICAS	
Thiago Henrique Omena Arthur Hunold Lara Ana Judite Galbiatti Limongi França	
DOI 10.22533/at.ed.5181920083	
CAPÍTULO 4	37
A DIVERSIDADE SEXUAL NO LIVRO DIDÁTICO DE CIÊNCIAS	
Gabriela Marinho Sponchiado Juliana Cerutti Ottonelli	
DOI 10.22533/at.ed.5181920084	
CAPÍTULO 5	49
A HISTÓRIA DA CIÊNCIA NOS LIVROS DIDÁTICOS DE BIOLOGIA DO ENSINO MÉDIO: UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DE EVOLUÇÃO COMO TEMÁTICA INVESTIGATIVA	
Malena Marília Martins Gatinho Kézia Ribeiro Gonzaga Frederico Passini Silva Vanessa Oliveira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.5181920085	
CAPÍTULO 6	62
A VISÃO DOS ALUNOS DO 2º ANO DO ENSINO MÉDIO DO NORTE DE MATO GROSSO SOBRE AS AULAS PRÁTICAS DE QUÍMICA	
Lucas Freza Bohrer Karina Janaina Jung Oalas Aparecido Moraes dos Santos Sílvia Cândida de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5181920086	
CAPÍTULO 7	67
ALGUNS ASPECTOS NA BELÉM DE BELLE ÉPOQUE. LÁTEX E BELLE ÉPOQUE: UM CASAMENTO PERFEITO	
Antonia Eriane Silva Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5181920087	

CAPÍTULO 8	71
ALICE MILLER E A PEDAGOGIA NEGRA	
Roseli Zanon Brasil	
Romualdo Dias	
DOI 10.22533/at.ed.5181920088	
CAPÍTULO 9	78
ALTERIDADES MBYA-GUARANI NO FACEBOOK – VIVÊNCIAS DE UMA PESQUISA	
Fátima Rosane Silveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.5181920089	
CAPÍTULO 10	90
ANIME COMO PROPOSTA PARA O ENSINO DE BIOLOGIA: UMA ANÁLISE DO ANIME HATARAKU SAIBOU	
Amanda Jéssica Silva Santos	
Érica Oliveira de Lima	
Victor Hugo de Oliveira Henrique	
DOI 10.22533/at.ed.51819200810	
CAPÍTULO 11	98
ARTE, UMA POSSIBILIDADE DE CONTEXTUALIZAÇÃO DE CONCEITOS POR MEIO DA CRIATIVIDADE E IMAGINAÇÃO	
Sofia Maia Oliveira	
Vanessa Fernanda Lopes Lucas Soares	
DOI 10.22533/at.ed.51819200811	
CAPÍTULO 12	114
AULA PRÁTICA SOBRE DILUIÇÃO DO PERMANGANATO DE POTÁSSIO COMO UMA FERRAMENTA METODOLÓGICA DE APRENDIZAGEM	
Lucas Freza Bohrer	
Karina Janaina Jung	
Oalas Aparecido Morais dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.51819200812	
CAPÍTULO 13	122
CANTINHO DA LEITURA: CONSTRUINDO A COMPETÊNCIA DE LEITURA E ESCRITA	
Diolina Alves dos Santos	
Célia Maria Alves	
Dorcas Faria de Oliveira	
Eleandra Negri Costa	
Maria do Socorro Gomes de Assis	
Raquel Pereira do Nascimento	
Vânia Horner de Almeida	
Voila Roberta Pereira Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.51819200813	

CAPÍTULO 14	130
DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA	
<p>Maria Helena Ferrari Allan Vinícius Jacobi Érica Jaqueline Pizapio Teixeira Luciano Duarte Souza Juliana Negrello Rossarola Thiago Duarte Mielke</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200814	
CAPÍTULO 15	144
ENSINO DE GEOGRAFIA E AS GEOTECNOLOGIAS	
<p>Luiza Carla da Silva Soares Assis Heibe Santana da Silva</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200815	
CAPÍTULO 16	155
ENSINO PRÁTICO E INTEGRADO DE ELETRÔNICA E PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES EMPREGANDO O MICROCONTROLADOR ARDUINO	
<p>Carlos Yujiro Shigue Alexandre de Moraes Ricardi Eduarda Wiltiner Reis Santana Danilo Bellintani Vinicius de Souza Meirelles Sandra Giacomini Schneider</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200816	
CAPÍTULO 17	167
ESCOLA SARÃ: O TEMPO DA ESCOLA E OS TEMPOS DA VIDA	
<p>Jucilene Oliveira de Moura Ozerina Victor de Oliveira</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200817	
CAPÍTULO 18	181
“ESCOLA SEM PARTIDO”: REFLETINDO SOBRE UMA (IM)POSSÍVEL IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO	
<p>Rômulo Menegas</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200818	
CAPÍTULO 19	193
ESCOLAS MILITARES: ENFÂSE AO COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES	
<p>Paulo Ramos dos Santos</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200819	
CAPÍTULO 20	202
ESGRAVA ESPERANÇA GARCIA: UMA PROPOSTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA À APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003	
<p>Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa Rosemar Eurico Coeng</p>	
DOI 10.22533/at.ed.51819200820	

CAPÍTULO 21	216
ESTUDO DA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO DE MISTURAS ASFÁLTICAS MORNAS MODIFICADAS COM ÓLEO VEGETAL	
Paulo Roberto Barreto Torres Wesley Rodrigues Menezes Eduardo Antônio Guimarães Tenório Jefferson Honório Gomes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51819200821	
CAPÍTULO 22	225
FORMAÇÃO CONTINUADA EM MATEMÁTICA PARA PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE BOM RETIRO DO SUL/RS	
Malcus Cassiano Kuhn	
DOI 10.22533/at.ed.51819200822	
CAPÍTULO 23	242
GÊNEROS TEXTUAIS COMO RECURSO DIDÁTICO NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA NA ESCOLA ESTADUAL QUILOMBOLA JOSÉ MARIANO BENTO	
Marcia Rezende de Sousa Madalena Santana de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.51819200823	
CAPÍTULO 24	251
GERENCIALISMO ESTATAL E A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO EM GOIÁS	
Maria Augusta Peixoto Mundim Luelí Nogueira Duarte e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.51819200824	
CAPÍTULO 25	267
HISTÓRIA, PATRIMÔNIO E MEMÓRIA: AS FONTES HISTÓRICAS E O FAZER PEDAGÓGICO EM SALA DE AULA	
Francisca Neta Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.51819200825	
CAPÍTULO 26	280
IMPrensa e Educação: O Decreto nº 31 de 29 de Janeiro de 1890 para a Instrução Pública do Estado do Paraná	
André de Souza Santos Gizeli Fermino Coelho Maria Cristina Gomes Machado	
DOI 10.22533/at.ed.51819200826	
CAPÍTULO 27	292
Investigação da Eficácia da Ludicidade como Ferramenta Pedagógica para Ensino de Biologia Celular	
Bruna Menezes de Oliveira Michelly Rodrigues Pereira da Silva Amanda Karla Santiago Araújo Welton Aaron de Almeida Julianne Cybelly Santos Silva Emmanuel Viana Pontual Suzane Bezerra de França	
DOI 10.22533/at.ed.51819200827	

CAPÍTULO 28	301
JUVENTUDE E EDUCAÇÃO: POSSÍVEIS CAMINHOS DA (DES)CONEXÃO	
Ivanês Zappaz	
DOI 10.22533/at.ed.51819200828	
CAPÍTULO 29	311
JUVENTUDES EM TRÂNSITOS: DIVERSIDADE DE GÊNEROS - EXPERIÊNCIAS E NARRATIVAS NO CONTEXTO ESCOLAR	
Pollyanna Rezende Campos	
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.51819200829	
CAPÍTULO 30	322
MÉTODO DE REDUÇÃO AO MESMO COEFICIENTE NA RESOLUÇÃO DE SISTEMAS DE EQUAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU: UM ESTUDO NA PROPOSTA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO NO TRATADO DE ÁLGEBRA ELEMENTAR (1878)	
Enoque da Silva Reis	
Luiz Carlos Pais	
DOI 10.22533/at.ed.51819200830	
SOBRE OS ORGANIZADORES	333
ÍNDICE REMISSIVO	334

ESCOLAS MILITARES: ENFÂSE AO COLÉGIO POLICIAL MILITAR FELICIANO NUNES PIRES

Paulo Ramos dos Santos

Universidade Comunitária da Região de Chapecó
– Unochapecó
Chapecó - SC

RESUMO: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que visa, a partir do conceito de educação com filosofia militar, presente nos colégios militares, administrados pelas forças armadas ou militares estaduais. Discutiremos a militarização do ensino, como forma de disciplina e controle dos alunos. Percebe-se o conceito de meritocracia e resultado, premiando as melhores notas e o bom comportamento e aplicando sanções, na falta deles. Em Santa Catarina, destaca-se o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, pertencente a Polícia Militar de Santa Catarina, sua ampliação, estrutura e desafios.

PALAVRAS-CHAVE: Colégio, Educação, Polícia Militar, Santa Catarina.

MILITARY SCHOOLS: EMPHASIZED TO THE FELICIANO MILITARY COLLEGE NUNES

PIRES

ABSTRACT: It is a bibliographical and documentary research that aims, from the concept of education with military philosophy,

present in the military colleges, administered by the military or state military. We discuss the militarization of teaching as a form of discipline and control of students. The concept of meritocracy and result is perceived, rewarding the best grades and good behavior and applying sanctions, failing them. In Santa Catarina, the Feliciano Nunes Pires Military Police College, belonging to the Military Police of Santa Catarina, stands out, its magnification, structure and challenges.

KEYWORDS: College, Education, Military Police, Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

A recente divulgação dos números dos sistemas de avaliação do Ministério da Educação – MEC, apenas expuseram o fracasso e insucesso do ensino no Brasil. Em números absolutos, o ensino fundamental teve um leve avanço, alcançando a meta do plano nacional de educação, enquanto o ensino médio parece estagnado no tempo.

Os resultados da Prova Brasil indicam que 7 em cada 10 alunos que concluem o ensino médio no país têm nível insuficiente em português e matemática, e só 4% têm conhecimento adequado. Ressalta-se que nenhum estado atingiu a meta do Índice de

Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb 2017. Além disso, cinco estados brasileiros apresentaram redução no valor do Ideb (BRASIL, 2018).

Embora alarmante, esses números não são novidades no universo acadêmico brasileiro. Desde 1995, ano que se iniciou o processo de avaliação, o país vem amargando números pífios, sem mostrar poder de reação, embora considerável injeção de recursos públicos no setor.

Na contramão desses números, as escolas militares ganham destaque, com números acima da média e bons desempenhos, e isto também, não é novidade! Polêmico entre os pedagogos, a disciplina militar, que inclui uniformização, pontualidade, culto aos símbolos nacionais, gritos de guerra, cabelo curto aos meninos e asseio aos cabelos longos das meninas emplacam e deixam os críticos de cabelo em pé.

O Sistema de Colégio Militar do Brasil (SCMB) a nível nacional, pertencente ao Exército Brasileiro e diversas escolas dos Bombeiros Militares e Polícias Militares em diferentes estados são exemplos de resultados e eficiência.

De forma mais radical, o estado de Goiás que militarizou algumas escolas e possui o maior número de escolas militarizadas do país, sob administração da Polícia Militar (BRASIL, 2018) e coincidentemente alcançou o melhor resultado da rede pública do país no Ideb.

Para alcançar os objetivos, as escolas militares apostam em rígidos regimentos internos, disciplina a vestimentas e cabelos dos alunos, estabelece rotinas de culto aos símbolos nacionais, ordem unida, asseio das instalações físicas da sala de aula e revezamento dos alunos como auxiliares dos professores na disciplina dos colegas. Em caso de inadaptação do aluno ou falta grave, a exclusão sumária não é descartada.

Neste contexto, um dos pensadores mais influentes da era moderna, Michel Foucault (2007, p. 143), alertava que “a disciplina fabrica indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.”

As principais críticas em relação ao modelo são a seletividade dos alunos, através dos rígidos exames de admissão criando uma casta elitizada; o privilégio de possuir infraestrutura superior as escolas tradicionais; a censura de divergência de opiniões dos alunos através do autoritarismo; a pressão exercida sobre os alunos para alcançar bons resultados; ideologia militar através da obediência ao invés da participação; discriminação, etc.

Para melhor ilustrar essa situação, trouxemos trecho da nota de repúdio do Fórum Estadual de Educação - FFE de Goiás, ao criticar a ação do governo em entregar a administração de algumas escolas a Polícia Militar, por ferir os “princípios constitucionais de uma escola pública, gratuita, democrática, com igualdade de condições de acesso e permanência, pautada no pluralismo de ideias e concepções pedagógicas” (VEIGA, 2015).

O Fórum elencou quatro pontos principais problemas, na qual se opõe as escolas militares naquela oportunidade: A cobrança de taxas em escolas públicas; implantação de uma administração militar que desconhece a realidade escolar, destituindo os diretores eleitos pela comunidade escolar; imposição aos professores e estudantes as concepções, normas e valores da instituição militar, comprometendo o processo formativo plural e se apropriando do espaço público em favor de uma lógica de gestão militarizada; reservar 50% das vagas da escola para dependentes de militares (VEIGA, 2015).

Lembrando, que parte das críticas são direcionadas aos Colégios estaduais de periferia que estão sendo militarizadas, e não as escolas que nascem com o objetivo de ser militar fomentado pelas Forças Armadas ou Militares Estaduais.

Para isso, faz necessária a distinção das unidades de ensino militares existentes: os Colégios Militares do Exército, que são colégios federais, cuja gestão é feita pelo Exército Brasileiro, e os Colégios Militares da Polícia Militar ou Bombeiro Militar, que são colégios estaduais e a gestão é feita pela Polícia Militar ou Bombeiros Militares dos Estados. Já as escolas militarizadas, são escolas estaduais de ensino civil, que passam a ser comandadas pela Polícia Militar estadual, com o objetivo de conter a crescente onda de violência no interior dessas instituições de ensino. Em comum, a filosofia militar de ensino.

METODOLOGIA DOS COLÉGIOS MILITARES

A principal característica que se apresenta como diferencial metodológico dos Colégios Militares é a aplicação dos pilares de sustentação das Forças Armadas em geral, qual seja, a hierarquia e a disciplina. Há um destaque, também, dos Colégios Militares quanto à inclusão no ensino superior e nas Escolas de Formação Militares. (NOGUEIRA, 2014).

Conforme esclarecido por Da Rosa (2012), há uma escassez na comunidade científica sobre o tema. Entretanto, o termo militar serve para indicar os profissionais ou membros das instituições que possuem a autorização para o “uso legítimo da força”. Segundo Max Weber (1919), O Estado moderno é “[...] uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território [...] reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física” (WEBER, 1919, p. 60).

O professor Ludwig (1998, p. 23), sobre os estudos que fez sobre o ensino militar brasileiro, discorreu: “o aluno assimila os valores de obediência, submissão, dependência, paternalismo, assiduidade, pontualidade, racionalidade e meritocracia.”

Medalhas, elogios e alamares aos alunos que obtiverem desempenho disciplinar e nota acima da média são condecorações, na presença de todos os alunos. A sanção para os alunos que não atingem desempenho satisfatório disciplinar e de notas é ficar de fora dessa gratificação que ocorre nas formaturas internas e outras

vezes, externas, com a presença dos familiares.

Outra característica marcante dos Colégios Militares é que os mesmos funcionam como uma “pré-escola” militar, considerando-se que anualmente muitos dos cadetes que ingressam nas carreiras militares são oriundos dos Colégios Militares (NOGUEIRA, 2014).

A ênfase no relativo sucesso dos Colégios Militares nos índices de educação está no fato de que apesar de suas especificidades de autogestão com recursos próprios, esses são Instituições de Ensino Público, sendo que como Organizações Militares próprias, possuem um sistema diferenciado de ensino que privilegia o binômio hierarquia e disciplina na condução do processo pedagógico da formação de seus alunos. (NOGUEIRA, 2014).

De Souza reforça que além dos aspectos quantitativos, grau de conhecimento, que, em nosso país, podem ser medidos em avaliações como o ENEN e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), o aluno dos SCMB destaca-se nas artes e nos esportes.

HISTÓRICO DOS COLÉGIOS MILITARES NO BRASIL

O ensino militar no Brasil deu início com a criação da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, ainda no período colonial, com a vinda da corte portuguesa para o Brasil. A prioridade passou a ser a defesa do território e fazia necessário o treinamento de oficiais capacitados para liderar homens com autoridade. Com o passar dos anos, houve uma ampliação significativa de cursos e instituições educativas vinculadas ao Exército Brasileiro e, atualmente, as Forças Armadas mantêm um número expressivo de instituições, tanto de ensino fundamental e médio, quanto de cursos de graduação e pós-graduação (DA ROSA, 2012).

O Exército Brasileiro sempre viu com bons olhos a educação, uma oportunidade de estreitar relações e fortalecer sua legitimidade com a sociedade civil. A intenção é minimizar a distância entre os militares e os civis, sob essa perspectiva a educação militar tem dois propósitos: preparar seus alunos para as carreiras militares e para exercícios de diversas profissões na sociedade, com eficiência militar (NOGUEIRA, 2014)

Os Colégios Militares no Brasil têm seu início no final do Segundo Império, com a criação do Imperial Colégio Militar no Rio de Janeiro, em 1889. Antes deste período, as Escolas Militares estavam destinadas somente à formação de quadros para o Exército. A criação do Imperial Colégio Militar (atual Colégio Militar do Rio de Janeiro, que faz parte do Sistema de Colégios Militares do Brasil - SCMB), visava garantir aos filhos de Militares uma educação secundária respaldada pelo Estado (LUCHETTI *apud* NOGUEIRA, 2014).

Em 1912, foram criados os Colégios Militares de Porto Alegre/RS e de Barbacena/MG e, posteriormente, o Colégio Militar do Ceará (1919). Por razões

políticas, estes Colégios funcionaram por poucos anos e, a partir de 1925, foram sendo extintos, restando apenas o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Ao longo do tempo, os Colégios Militares recuperaram sua importância, reativando-se os Colégios fechados e surgindo novos Colégios (BRASIL, 2016).

A educação brasileira é marcada por influências militares, mesmo antes do governo militar de 1964. Prova disso foram os batalhões infantis implementados no Estado de São Paulo, e regulamentados pelo Decreto 1.212, de 27 de abril de 1904, que estabelecia treinamento fora do horário regulamentar de aula, utilizavam fardamento, armamento simulacro de madeira, cinturões, baioneta e cornetas. Premiando os alunos que se destacavam pelo comportamento, aplicação e garbo militar (SOUZA, 2000).

“Os batalhões escolares tiveram sua origem na França, após a guerra franco-prussiana (1870), projetados por Jules Ferry para a escola primária. Tal experiência internacionalizada foi adotada no Brasil” (DO AMARAL e DE OLIVEIRA, 2010).

A falta de uniformização e de padronização da didática, aliada ao fim da primeira guerra mundial, que eclodiu num nacionalismo eferescente, que clamava pelo voto secreto, a erradicação do analfabetismo e o serviço militar obrigatório levou os batalhões infantis ao esquecimento, mas não o espírito militar inspirador da educação física, moral e cívica que viria a se firmar durante muitas décadas na escola paulista mediante a prática do escotismo (SOUZA, 2000).

COLÉGIO MILITAR EM SANTA CATARINA

Em Santa Catarina, destaca-se o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, em Florianópolis, sinônimo de gratuidade, qualidade e resultado, de propriedade da Polícia Militar de Santa Catarina.

Emplacou como a escola pública de melhor desempenho no ENEM em Santa Catarina, revelados através de ranking até então, nos anos de 2016, 2015, 2014, 2013 e 2012, sendo agraciado com o prêmio Educador Elpídio Barbosa, concedido, anualmente, as escolas destaques, pelo Conselho Estadual de Santa Catarina (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2018).

Frente alguns colégios militares seculares, mesmo a nível estadual, o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes é bastante recente.

Criado em 1984, como iniciativa do Comandante Geral da época, Coronel PM Sidney Carlos Pacheco, tinha o intuito de preparar os alunos para as carreiras militares. O ingresso, inicialmente, era apenas para o sexo masculino, sendo aberto o acesso para mulheres a partir de 1991. Atualmente atende a partir do 6º ano das séries do ensino fundamental até o ensino médio (PPP, 2018).

O Colégio segue o padrão dos Colégios Militares brasileiro, procedimentos

de acordo com as diretrizes das Polícias Militares Estaduais ou Forças Armadas, sem com isto, modificar o Programa das disciplinas estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação (PPP, 2018).

“O Colégio está pautado em duas bases fundamentais: a Educação e a Disciplina, que formam a consciência através do autoconhecimento e do desafio de vencer limites pessoais e coletivos” (PPP, 2018, P.6).

Atendendo o *clamour* popular, o então governador Raimundo Colombo ampliou o atendimento do Colégio Militar, criando um polo em 2016, na cidade de Lages, seu curral eleitoral. Em 2018, novas unidades foram abertas em Joinville e Blumenau.

O pré-candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSC-RJ) disse no fim de agosto que, se eleito, pretende nomear um general no primeiro escalão do Ministério da Educação (MEC). Na outra ponta, prometeu ampliar a abordagem educacional presente em 0,1% das 147 mil unidades públicas do Brasil: as instituições de ensino militarizadas. Movimentação semelhante ocorre em Santa Catarina, onde se estuda a implantação de outros três polos do Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, além dos existentes em Florianópolis desde 1984 e em Lages desde 2016 (DUARTE, 2017).

“[...] culto a verdade, a justiça, a fraternidade e a disciplina regem as normas do Colégio” (PPP, 2018, p. 5).

O Colégio possui Regimento Escolar, Regulamento Disciplinar e Normas Gerais de ação, cronograma para corte de cabelo dos masculinos, além dos valores, deveres e direitos.

Destaca-se entre direitos dos alunos (PPP, 2018, p. 22).:

- I. Receber do colégio a orientação necessária para realizar suas atividades escolares, bem como usufruir todos os benefícios de caráter educativo, cultural, social, recreativo, religioso, esportivo, artístico e outros que o estabelecimento proporcionar;
- II. Aquisição do conhecimento prático necessário;
- III. Tomar conhecimento das disposições deste Projeto Político Pedagógico e funcionamento da Unidade Escolar;
- IV. Fazer uso dos serviços e dependências escolares de acordo com as normas estabelecidas neste Projeto Político Pedagógico;
- V. Tomar conhecimento do seu rendimento escolar e de sua frequência, através de boletim;
- VI. Contestar critérios avaliativos podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- VII. Solicitar revisão de provas, a partir da divulgação das notas, no prazo máximo de três dias úteis;
- VIII. Requerer transferência ou cancelamento de matrícula por si, quando de maior idade, ou através do pai ou responsável, quando menor;

IX. Apresentar sugestões relativas aos conteúdos programáticos desenvolvidos pelo professor, com o objetivo de aprimorar o processo ensino-aprendizagem;

X. Reivindicar o cumprimento da carga horária prevista na grade curricular;

XI. Representar ao Subdiretor, por escrito, contra atos, atitudes ou omissões dos serviços do Colégio;

Enquanto os deveres se limitam a 12 itens (PPP, 2018, p. 22 e 23):

I. Ser assíduo, dedicado e pontual às aulas e demais atividades escolares;

II. Tratar com respeito diretores, professores, funcionários, colegas e apresentar conduta irrepreensível dentro e fora do colégio;

III. Zelar pela limpeza e conservação das instalações, equipamentos, mobiliários e materiais escolares, sendo que os prejuízos causados deverão ser indenizados pelos pais/responsáveis;

IV. Cumprir os preceitos deste Projeto Político Pedagógico no que lhes couber, bem como as determinações da Direção, dos professores e dos funcionários nas respectivas esferas de competência;

V. Comparecer às solenidades cívicas assim como às reuniões de caráter escolar, cultural, social, religioso e outros programas adotados pelo colégio;

VI. Zelar pelo bom nome do colégio;

VII. Usar uniforme escolar, de acordo com o definido pelo Regulamento de Uniformes;

VIII. Apresentar material didático individual, necessário nas aulas e atividades;

IX. Permanecer no colégio durante o período de aula, somente sendo permitido seu afastamento mediante autorização da monitoria.

X. Manter e promover relações cooperativas com professores, colegas e comunidade;

XI. Justificar à monitoria suas ausências nas provas e entrega de trabalhos na data prevista, apresentando atestado médico, se for o caso;

XII. Apresentar a agenda escolar, quando solicitado.

Em Florianópolis, com uma área construída de 5000 metros quadrados com 10 salas de aula, almoxarifado, monitoria, biblioteca, sala de educação física, sala da direção, sala dos professores, banheiros para o corpo docente e discente, cozinha, ginásio de esportes, pátio coberto, sala do corpo técnico administrativo e pedagógico. O colégio a partir do 6º ano do fundamental até o ensino médio completo. (PPP, 2018).

Envolto numa ação judicial movida pelo Ministério Público, corre-se o risco de interrupção de novas implementações do Colégio Militar pelo restante do Estado,

caso de Laguna, na qual as tratativas estavam bem adiantadas para abertura de 2019.

O Ministério Público de Santa Catarina ajuizou uma ação contra o Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, no Tribunal de Justiça de Santa Catarina. No agravo de instrumento, o Ministério Público afirma que a reserva de vagas a filhos de policiais militares, política do Colégio Policial até então, afronta o princípio de isonomia. A Polícia Militar alega que o recurso aplicado no Colégio Militar é próprio da instituição e sua finalidade é a educação dos filhos dos militares estaduais. A ação cabe recurso, mas foi um duro golpe nas pretensões da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exemplo das escolas indígenas, escolas religiosas, escolas rurais, escolas vocacionais, etc., as escolas militares é mais uma metodologia de ensino diferenciada, baseado na disciplina e meritocracia. Seu pecado! São os altos índices de desempenho de seus alunos, trazendo à tona discussões ideológicas sem sentido. Não se pretende estabelecer um modelo de ensino para o mórbido sistema de educação brasileiro, mas sim para enaltecer os padrões militares, que se mostra competitivo, flexivo e de resultado.

As críticas negativas ao modelo são a seletividade, a boa estrutura e a disciplina, que na nossa visão deveria ser o padrão na rede de educação. A síndrome de vira lata impera mais alto, onde atacam a excelência da infraestrutura já existente, nivelando por baixo o modelo da escola tradicional ao invés de exigir a isonomia para todos os casos.

A filosofia militar mostra-se como uma das mais antigas do mundo, confundindo-se muitas vezes com a escola tradicional. Escolas milenares treinavam nobres e reis para comando de tropa e neste interim, seus valores pouco mudaram, sendo implementado com sucesso nos quartéis e seus dissidentes pelo mundo.

Até as polemicas escolas estaduais transformadas em escolas milenares por ideologia do governo estadual, com mais ênfase ao Estado de Goiás, apontaram resultados positivos, entretanto, não se pretende apontar como o modelo de ensino ideal a ser copiado e difundido pelo Brasil, pelo contrário. Nossas defesas são pelas escolas e colégios criados com esse objetivo e para pessoas que admiram ou objetivam a formação militar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Criação dos Colégios Militares do Exército**. Disponível em: http://www.depa.ensino.eb.br/pag_historico.htm/>. Acesso em: 02 set. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio**

Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 01 set 2018.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Florianópolis). Secretaria Estadual de Educação. **Elpídio Barbosa:** Agraciados. 2018. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/eventos-o/elpidio-barbosa/premio-educador-elpidio-barbosa-agraciados>. Acesso em: 02 set. 2018.

DA ROSA, Fabiana Teixeira. **Pesquisas educacionais em colégios militares do brasil:** estado da arte. Colóquio” Ensino médio, história e cidadania”-ISSN: 2236-7977, v. 2, n. 2, 2012.

DE SOUZA, Gabriela Menezes. A gestão educacional de uma instituição de ensino pública da esfera federal: o caso do Colégio Militar de Brasília. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5192837. Acesso em: 02 set. 2018.

DO AMARAL, Giana Lange; DE OLIVERA, Maria Augusta Martiarena. Civismo e militarismo da infância: uma abordagem baseada no jornal O Rebate (Pelotas/RS, 1914-1915). **CONJECTURA:** filosofia e educação, v. 15, n. 3, 2010.

DUARTE, Gabriele. Santa Catarina poderá ter outras três escolas militares a partir de 2018: Militarização do ensino. **A Notícia.** Joinville, p. 1-1. 30 set. 2017. Disponível em: <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/geral/joinville/noticia/2017/09/santa-atarina-podera-ter-outras-tres-escolas-militares-a-partir-de-2018-9912054.html>. Acesso em: 02 set. 2018.

PPP - **Projeto Político Pedagógico.** Florianópolis: Colégio Policial Militar Feliciano Nunes Pires, 2018. Disponível em: http://www.cfnp.com.br/documentos/regulamentos/PPP_2018_0506.pdf. Acesso em: 06 set. 2018.

NOGUEIRA, Jefferson Gomes. Educação Militar no Brasil: um breve histórico. CAMINE: **Caminhos da Educação**, v. 6, n. 1, p. 146-172, 2014. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/caminhos/article/view/1052/1124>. Acesso em: 02 set. 2018.

_____. **Educação Militar:** uma leitura da educação no sistema dos colégios militares do brasil (SCMB). Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=1643494. Acesso em: 05 set. 2018.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Democracia e ensino militar.** Cortez Editora, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima. **A militarização da infância:** expressões do nacionalismo na cultura brasileira. Cadernos Cedes, ano XX, n. 52, p. 104-121, nov. 2000.

VEIGA, João Marcos. **Militarização” de escolas públicas - solução?** ANPED: Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/militarizacao-de-escolas-publicas-solucao>. Acesso em: 30 ago. 2018.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade.** Brasília: UnB, 2012.

SOBRE OS ORGANIZADORES

KEYLA CHRISTINA ALMEIDA PORTELA - Secretária Executiva formada pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Licenciada em Língua Inglesa e Espanhola pelo Centro Universitário de Varzea Grande – UNIVAG. Especialista em Linguística Aplicada pela Unioeste, Especialista em Gestão de Processos e qualidade pela Uninter, Especialista em Recursos Humanos pela Uninter, Especialista em Gestão de projetos pela Uninter, Especialista em Gestão e Docência em Ead pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Especialista em Didática do Ensino Superior pela Unipan, Especialista em Formação de professores pela UTFPR. Especialista em MBS – Master Business Secretaries pela Uninter. Mestre em Educação pela Universidade de Lisboa e Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCSP). Desenvolve trabalhos nas áreas de educação, ensino e gestão. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: keylaportela@bol.com.br

ALEXANDRE JOSÉ SCHUMACHER – Secretário Executivo formado pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE; Bacharel em Administração de Empresas com Habilitação Administração Hospitalar; Tecnólogo em Comércio Exterior; Doutor com menção internacional em Economia e Direção de Empresas; Tese resultante do processo de doutoramento foi premiado internacionalmente no prêmio “Adalberto Viesca Sada” pela Universidade de Monterrey no México no ano de 2015; possui Mestrado em Administração de Empresas; Especializações Lato Sensu em: Comércio Exterior para Empresas de Pequeno Porte; Docência no Ensino Superior; Administração e Marketing; MBA em Planejamento e Gestão Estratégica; MBA em Administração e Gerência de Cidades; Gestão Escolar; Administração em Agronegócios.. Já atuou como consultor em grupos empresariais em setores específicos; realiza palestras em conferências em temas específicos relacionados a sua área de formação e de desenvolvimento de pesquisas. É Pesquisador de temáticas relacionadas com as empresas familiares e suas dinâmicas. É Practitioner em PNL e Hipnose Moderna. Atualmente é docente do Instituto Federal do Paraná – Campus Assis Chateaubriand. E-mail para contato: alexandre.jose.schumacher@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alteridade 80, 85

Animes 90, 96

Arduino 155, 156, 157, 158, 159, 160, 164, 165

Arte 98, 99, 100, 101, 112, 113, 140, 159, 162, 236

Aulas práticas 62, 66

C

Computação Física 155, 164, 165

Conhecimento 62, 96, 132, 134, 137, 240, 320

D

Diversidade sexual 37

E

Economia de Belém 67

Educação STEAM 155

Elementos geométricos 98

Ensino-aprendizagem 13

Ensino de História 267, 278

Ensino de imunologia 90

Ensino Profissional e Tecnológico 13

Escolarização 1

Escola sem Partido 181, 182, 184, 185, 186, 188, 190, 191, 192, 264

Escravidão no Brasil 202

Escrita 122, 123, 202

Escrita epistolar 202

F

Formação de Professor 13

Fotografia 267, 269, 279

G

Gêneros textuais 242, 243, 250

Gerencialismo 251

H

História da Ciência 49, 50, 51, 56, 57, 59, 60

I

Imaginação e criatividade 98

Indígena 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11

L

Leitura 122, 123, 128, 129, 141, 242

Livro didático 37

M

Maus Tratos 71

P

Patrimônio 267, 278, 279

Políticas Públicas 181

Pós-Estruturalismo 37

Produção de texto 242

Programação 155

Psicanálise 71, 75, 76

R

Reflexão 114, 143

T

Trabalho Docente 181

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-551-8

